



ACÓRDÃO Nº502/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11671/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes – FHCFM.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Nayara de Oliveira Maksoud (Ordenador de Despesa), Braz Rodrigues dos Santos (Ordenador de Despesa), Alessandra dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 5212/2021-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes – FHCFM. Exercício de 2020.

*Regularidade com ressalvas. Quitação.
Determinação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes - FHCFM, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade do Sr. **Braz Rodrigues dos Santos**, Diretor - Presidente da FHCFM e Ordenador de Despesas, no período de 05.06.2020 a 10.08.2020, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes - FHCFM, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade da Sra. **Alessandra dos Santos**, Diretora - Presidente da FHCFM e Ordenador de Despesas, no período de 10.08.2020 a 09.11.2020, nos termos do artigo 1º, inciso II, e



ACÓRDÃO Nº502/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.3. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual da Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes - FHCFM, referente ao exercício de 2020, de responsabilidade da Sra. **Nayara de Oliveira Maksoud**, Diretora - Presidente da FHCFM e Ordenador de Despesas, no período de 09.11.2020 a 31.12.2020, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

10.4. Dar quitação ao Sr. **Braz Rodrigues dos Santos**, Diretor - Presidente da FHCFM e Ordenador de Despesas, no período de 05.06.2020 a 10.08.2020, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.5. Dar quitação à Sra. **Alessandra dos Santos**, Diretora - Presidente da FHCFM e Ordenador de Despesas, no período de 10.08.2020 a 09.11.2020, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.6. Dar quitação à Sra. **Nayara de Oliveira Maksoud**, Diretora - Presidente da FHCFM e Ordenador de Despesas, no período de 09.11.2020 a 31.12.2020, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.

10.7. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

10.7.1. Ausência de Parecer do Conselho Deliberativo e/ou Conselho Fiscal que devem se pronunciar (art. 2º, IX, da Resolução nº 04, de 16/03/2016);

10.7.2. Ausência de Certidão contendo o nome dos dirigentes e integrantes da Presidência, Diretoria, Conselhos, especificando cargo ou função e matrícula do ordenador de despesas principais, dos ordenadores secundários, dos responsáveis pelo controle interno, tesouraria, almoxarifado, patrimônio e fundos especiais, com os respectivos períodos de gestão, afastamentos e substituições (Resolução TCE nº 04/2016, art. 2º, inciso III);

10.7.3. Ausência de Relatório e certificado de auditoria, com



ACÓRDÃO Nº502/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

parecer de dirigentes do órgão de controle interno, que consignará qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada, indicando as medidas adotadas para corrigir as faltas encontradas (Lei Estadual nº 2.423, de 10/12/96, art. 10, III e art. 184, § 2º, III, da Resolução nº 04/2002);

10.7.4. Ausência de Parecer técnico conclusivo emitido pela unidade de controle interno sobre as contas (Resolução nº 04/2016, art. 2º, IV);

10.7.5. Ausência de Identificação das despesas, liquidadas ou não, que por falta de disponibilidade financeira deixaram de integrar os restos a pagar do exercício (Resolução nº 04/2016, art. 2º, inciso XXXIII);

10.7.6. Ausência de Justificativas dos cancelamentos dos restos a pagar (Res. TCE nº 04/2016, art. 2º, inciso XXXIV);

10.7.7. Ausência da Relação das licitações realizadas, separadas por modalidade, constando número do processo administrativo, número da licitação, data da abertura, objeto, vencedor (es), valor e data de eventual contrato e número da Nota de Empenho e a relação das dispensas e inexigibilidades (Res. nº 04/2016, art. 2º, inciso XXXV);

10.7.8. Ausência de Lista dos contratos de gestão se houver, bem como, relatório de acompanhamentos das metas estabelecidas para o contratado (Resolução TCE nº 04/2016, art. 2º, inciso XXXVI);

10.7.9. Ausência da Relação dos Contratos, dos Convênios e respectivas prestações de contas, ajustes e congêneres, e seus Aditivos, firmados no exercício, mencionando número do ajuste, data, partes, objeto, valor, modalidade da licitação ou fundamento da dispensa ou inexigibilidade e número da Nota de Empenho (Resolução TCE nº 04/2016, art. 2º, inciso XXXVII);

10.7.10. Ausência de atos de homologação e adjudicação dos vencedores nos certames licitatórios realizados pelo FHC FM, no exercício de 2020 (art. 43, inciso VI, da Lei 8.666/93);

10.7.11. Ausência do ato de designação, bem como, relatório de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por parte do representante da Administração especialmente designado, conforme determinação do art. 67 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e suas alterações;

10.7.12. Ausência de informações no sistema e-Contas/TCE/AM, das Licitações, Dispensas/Inexigibilidades, Adesão a Atas e Contratos, impedindo assim, que este Tribunal de Contas, fiscalize os gastos públicos da Fundação Hospital do



ACÓRDÃO Nº502/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Coração Francisca Mendes;

- 10.7.13.** Ausência do quadro demonstrativo da frota de veículos próprios e locados em separados contendo: Marca, Modelo, Placa, Cor, Finalidade, Estado de Conservação, Licenciamento e Nº de Tombo;
- 10.7.14.** Ausência de esclarecimentos sobre a situação geral dos veículos há controle de entrada e saída de veículos, os veículos são guardados em garagem, há controle de consumo de combustível, há controle de manutenção e reparos e de troca de peças sobressalentes e pneus dos mesmos;
- 10.7.15.** Ausência de cópia do Edital do Processo Licitatório contendo Projeto Básico ou Termo de Referência, bem como, as devidas publicações dos Termos de Adjudicação e Homologação da empresa vencedora;
- 10.7.16.** Ausência dos convênios assinados pelo FHCFM (beneficiário ou não); com a cópia de encaminhamento (convênio e prestação de contas) a esta Corte de Contas, em atenção ao art. 42, Resolução TCE nº 12/2012;
- 10.7.17.** Ausência da Relação nominal dos Adiantamentos concedidos, devendo constar: valor, número de empenho e dotação, bem como das respectivas prestações de contas (Resolução nº 04/2016, art. 2º, XXXIX);
- 10.7.18.** Ausência da cópia autenticada que comprove a remessa, à Coordenadoria da SEFAZ, da Relação dos Tomadores de Adiantamentos que ficaram pendentes de prestação de contas, nos termos do art. 15, do Decreto n.º 16.396/1994;
- 10.7.19.** Ausência da cópia das Declarações de Bens atualizadas dos servidores que exercem Cargos Comissionados e Diretores da Entidade (Resolução nº 02/90; art. 13, da Lei nº 8.429/92 e disposições da Lei nº 8.730/93 c/c o art. 289, da Resolução nº 04/02);
- 10.7.20.** Ausência da cópia do Quadro de Pessoal, Plano de Carreira e/ou criação de cargos com o devido instrumento legal (artigos 39, §§ 1º e 8º e 61, inciso II, alínea “a” da Constituição Federal ou legislação específica);
- 10.7.21.** Ausência de informações sobre admissão de pessoal, exceto cargos comissionados, com cópia do ofício de encaminhamento ao TCE/AM, em consonância com o art. 259 e 260, da Res. nº 04/2002;
- 10.7.22.** Ausência de informações sobre admissão de pessoal temporário, disponibilizando a relação destes agentes públicos; bem como a cópia da legislação que os ampara e comprove que está cumprindo o limite do quantitativo e



ACÓRDÃO Nº502/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

temporal dos contratos;

10.7.23. Ausência de informações quanto à concessão de aposentadorias ou pensões com cópia do ofício de encaminhamento do TCE/AM, de acordo com o art. 264 e 267, da Resolução TCE nº 04/2002;

10.7.24. Ausência do quadro quantitativo de servidores existentes, tendo em vista que a Fundação está sujeito ao regime de fiscalização na área de pessoal por este Tribunal de Contas, nos termos do artigo 71, da CF/88; artigos 40 da CE/89; artigo 1º, IV e V, artigo 32, III, parágrafos 2º e 3º, c/c o artigo 33, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 2.423/96-TCE e Resolução 04, de 23.05.02 (RITCE/AM);

10.7.25. Ausência de informações tempestivas e completas disponíveis no Sítio eletrônico da Fundação Hospital do Coração Francisca Mendes - FHC FM e no Portal da Transparência, a fim de tornar público os atos praticados pela Administração Pública no exercício de 2020, contrariando o disposto nos arts. 3º e 7º da Lei nº 12.527/11, c/c o XXXIII do art. 5º, II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da CF/88.

10.8. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 11ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 6 de Abril de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral